

LEI Nº 2283, DE 28/12/2005 - PUB. O FLUMINENSE, 29/12/2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONSTITUIR E ORGANIZAR UMA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA SOB A DENOMINAÇÃO DE "NITERÓI TRANSPORTE E TRÂNSITO S/A - NITTRANS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI DECRETA E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir e organizar uma sociedade de economia mista, sob a forma de sociedade anônima, denominada Niterói Transporte e Trânsito S/A - NITTRANS, com objetivos e forma definidos nesta Lei.

§ 1º A NITTRANS, com personalidade jurídica de direito privado, terá sede e foro na Cidade de Niterói, prazo de duração indeterminado e jurisdição em todo o Município de Niterói.

§ 2º A NITTRANS reger-se-á por esta Lei, pelo seu Estatuto, e, subsidiariamente, pelas demais normas de direito aplicáveis.

§ 3º A NITTRANS disporá de patrimônio próprio e gozará de autonomia administrativa e financeira, observadas as limitações constantes desta Lei.

~~**Art. 2º** A NITTRANS terá por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e Sistema Viário Municipal, observado o planejamento urbano municipal e a competência da Administração Direta na fiscalização do trânsito e dos serviços concedidos.~~

Art. 2º A NITTRANS terá por finalidade planejar, organizar, coordenar, regulamentar e fiscalizar o tráfego, o trânsito e o sistema viário municipal, observado o planejamento urbano municipal e a competência da Administração Direta nos serviços concedidos e no controle da prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros. (Redação dada pela Lei nº 3852/2023)

Art. 3º Para o exercício de suas atividades, a NITTRANS poderá:

I - firmar Convênios, Acordos, Contratos e constituir Consórcios;

II - participar do capital de outras empresas, cujas atividades sejam relacionadas com os transportes urbanos.

Art. 4º O Município de Niterói subscreverá pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto.

§ 1º Poderão participar ainda do capital da sociedade:

- a) pessoas físicas, com subscrição de até 0,5% (cinco décimos por cento) das ações com direito a voto;
- b) entidades da Administração Indireta do Município;
- c) outras pessoas jurídicas de direito público, bem como entidades públicas de direito privado da Administração Indireta, observadas as condições a serem propostas pelo Conselho de Administração, conforme Estatuto.

§ 2º O capital social autorizado é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), divididos em 1.000.000 (um milhão) de ações.

§ 3º O capital social autorizado previsto no parágrafo anterior poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral extraordinária, conforme dispõe a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (Redação acrescida pela Lei nº 3852/2023)

Art. 5º São recursos da NITTRANS:

I - o capital subscrito e integralizado;

II - os recursos da União, do Estado e do Município de Niterói, consignados em orçamento ou resultantes de Fundos ou Programas Especiais;

III - as receitas decorrentes de prestação de serviços;

IV - as receitas provenientes de taxas de gerenciamento dos serviços;

V - os auxílios ou subvenções de órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais ou não;

VI - Renda de bens patrimoniais;

VII - as doações e legados;

VIII - o produto de operações de crédito;

IX - o produto de aplicações financeiras;

X - os recursos provenientes de outras fontes.

Art. 6º A NITTRANS será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva e contará com um Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - O mandato dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Art. 7º À Assembleia Geral compete, sem exclusão de outros casos previstos em lei:

- a) aprovar o Estatuto Social;
- b) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar discutir e votar as demonstrações financeiras;
- c) aprovar a correção da expressão monetária do Capital Social;
- d) eleger e destituir quaisquer dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, na forma da legislação vigente;

- ~~e) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;~~
- e) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, dos membros das Comissões de Licitação, de Pregão e de Cadastro, e dos empregados de confiança nomeados para os cargos previstos no Anexo II; (Redação dada pela Lei nº 3852/2023)
- f) deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerão para o Capital Social;
- g) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
- h) deliberar sobre a criação e utilização de reservas;
- i) deliberar sobre a participação da Companhia no Capital Social de outras entidades públicas ou privadas;
- j) deliberar sobre a transformação, incorporação, ou cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, bem como eleger e destituir os liquidantes e julgar-lhes as contas;
- l) deliberar sobre outros assuntos que lhes forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Art. 8º Anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá haver uma assembleia geral, de conformidade com o artigo 132, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único - As Atas das Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, serão lavradas em livro próprio e levadas a registro perante a Junta Comercial.

Art. 9º O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis, nos casos previstos em lei ou por renúncia expressa.

Parágrafo Único - O representante do Município de Niterói, na condição de acionista majoritário, exercerá a Presidência do Conselho de Administração.

Art. 10. No caso de falta, ausência ou impedimento permanente do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer Conselheiro, o seu substituto será escolhido pelos demais Conselheiros, até a primeira Assembleia Geral Ordinária. O substituto, eleito pela Assembleia Geral, para preencher o cargo vago, que poderá ou não ser o mesmo escolhido pelo Conselho de Administração, completará o prazo de gestão do substituído.

Art. 11. Os Conselheiros serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Ata de reuniões do Conselho de Administração, devendo, vencido o prazo de seu mandato, permanecer no exercício de seus cargos até a posse de seus substitutos, admitindo-se a reeleição.

Parágrafo Único - Compete ao Conselho de Administração, sem exclusão de outros casos previstos em lei, ou que vierem a constar do Estatuto Social:

- a) eleger e destituir os Diretores, bem como, fixar-lhes as atribuições observado o que a respeito dispuser o estatuto;
- ~~b) estabelecer a política geral e de administração da Companhia e aprovar a proposta do plano de cargos e salários, o quadro de pessoal e as normas relativas às contratações, que serão objeto de Mensagem Executiva ao Poder Legislativo;~~
- b) estabelecer a política geral e de administração da Companhia e aprovar a proposta do plano de cargos e salários, o quadro de pessoal e as normas relativas às contratações. (Redação dada pela Lei nº 3852/2023)
- c) definir o esquema organizacional e aprovar a estrutura básica da Companhia;
- d) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia;
- e) convocar as Assembleias Gerais;
- f) autorizar a contratação de empréstimos ou financiamentos superiores a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da sociedade;

g) fixar a remuneração individual dos administradores para os quais a Assembleia Geral tenha aprovado montante global;

h) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria apresentar para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral.

Art. 12. O Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos duas vezes por ano, no primeiro e no segundo semestre, ou ainda quando convocado por seu Presidente e suas reuniões serão consignadas em Atas e levadas a registro perante a Junta Comercial.

Art. 13. A Diretoria Executiva será composta de membros, acionistas, podendo, cumulativamente, fazer parte do Conselho de Administração, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, na proporção legal, admitida a reeleição.

Art. 14 ~~A Diretoria Executiva será constituída dos seguintes Órgãos:~~

- ~~- 1 - Presidência;~~
- ~~- 2 - Diretoria de Administração;~~
- ~~- 3 - Diretoria de Finanças;~~
- ~~- 4 - Diretoria de Planejamento de Transporte e Trânsito;~~
- ~~- 5 - Diretoria de Infraestrutura Viária.~~

Art. 14. A Diretoria Executiva será constituída dos seguintes órgãos:

- 1 - Presidência;
- 2 - Diretoria de Administração;
- 3 - Diretoria de Finanças;
- 4 - Diretoria de Planejamento de Tráfego e Infraestrutura Viária;
- 5 - Diretoria de Trânsito. (Redação dada pela Lei nº 3852/2023)

Parágrafo Único - O Diretor Administrativo responderá pela Presidência nos impedimentos do titular e o substituirá em caso de vacância do cargo, até a posse do novo Presidente eleito pelo Conselho de Administração.

Art. 15. Ao final de cada exercício social, que coincidirá com o ano civil, a Diretoria Executiva fará elaborar as seguintes demonstrações financeiras, a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração do resultado do exercício;
- c) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados ou demonstrativos das mutações patrimoniais;
- d) demonstrações das origens e das aplicações dos recursos.

Art. 16. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição.

§ 1º A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo legal.

§ 2º A investidura dos membros do Conselho Fiscal será mediante assinatura do Termo de Posse no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

§ 3º O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

§ 4º As atribuições do Conselho Fiscal serão definidas no Estatuto.

Art. 17. Nenhum servidor da NITTRANS poderá ser posto à disposição de quaisquer outros órgãos ou entidades com ônus para a companhia, salvo para Órgão da Administração Direta ou Indireta da Prefeitura de Niterói, ou da Câmara Municipal de Niterói, mediante requisição escrita e avaliação de oportunidade pela Diretoria da NITTRANS.

Parágrafo Único - Além do seu quadro próprio de pessoal, regido pela CLT e recrutado observado o disposto no art. 37, inciso II, da CF88, a NITTRANS poderá utilizar servidores públicos Federais, Estaduais ou Municipais, da Administração Direta, Indireta, Autarquias e Fundações mantidas pelo Poder Público.

Art. 18. No exercício de suas atividades a NITTRANS poderá estabelecer normas de acordo com a legislação relativa a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e Sistema Viário Municipal.

Art. 19. O Estatuto da NITTRANS fixará o prazo para sua instalação, que não poderá exceder a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único - No Estatuto de que trata este artigo constarão, entre outros itens, a organização administrativa e as atribuições dos órgãos.

Art. 20. Instalada a NITTRANS, o Poder Executivo adotará as providências necessárias para a extinção da SUTRAM e de todos os cargos e funções de confiança integrantes de sua estrutura, relacionadas no Anexo I.

~~**Art. 21** Para atendimento imediato às necessidades da NITTRANS e, considerando a extinção dos cargos em comissão e funções de confiança de que trata o artigo anterior, ficam criados os cargos e funções de confiança descritos no Anexo II desta Lei, que poderá ser modificado, através de Mensagem do Poder Executivo, com aprovação do Conselho de Administração, conforme competência que lhe é atribuída pelo artigo 11 alíneas "b" e "c" desta Lei, observadas as prescrições dos artigos 16 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal:~~

- ~~- § 1º A remuneração mensal dos ocupantes dos cargos e funções de que trata o caput deste artigo é a constante do Anexo III:~~
- ~~- § 2º A Presidência da NITTRANS poderá conceder, aos ocupantes de funções de confiança Gratificação de Desempenho, exceto aos ocupantes dos cargos de Diretor de Diretoria e Chefe de Gabinete:~~
- ~~- § 3º O dispêndio total com o pagamento da Gratificação de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder ao percentual de 20% (vinte por cento) da folha de pagamento das funções de confiança; não computados os cargos de Diretor de Diretoria, Presidência e Chefe de Gabinete da Presidência:~~

Art. 21. Para atendimento imediato às necessidades da NITTRANS e, considerando a extinção dos cargos em comissão e funções de confiança de que trata o artigo anterior, fica aprovada a estrutura básica e o quadro de empregos de confiança descrito no Anexo II desta Lei, que poderá ser modificado por aprovação do Conselho de Administração, conforme competência que lhe é atribuída pelas alíneas "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11, desta Lei, observadas as prescrições dos artigos 16 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º A remuneração mensal dos ocupantes dos cargos e funções de que trata o caput deste artigo é a constante do Anexo III, observados os reajustes e revisões gerais.

§ 2º A Presidência da NITTRANS poderá conceder Gratificação de Desempenho aos ocupantes de empregos de confiança.

§ 3º O dispêndio total com o pagamento da Gratificação de que trata o parágrafo anterior não poderá

exceder ao percentual de 20% (vinte por cento) da folha de pagamento dos empregos de confiança.
(Redação dada pela Lei nº 3852/2023)

Art. 22. A NITTRANS gozará de isenção Tributária Municipal.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as modificações orçamentárias destinadas ao cumprimento da presente Lei, podendo transferir dotações e criar ou extinguir Programas de Trabalho e Elementos de Despesa, desde que mantido o equilíbrio entre a receita e a despesa e respeitado o valor total do orçamento aprovado para o Exercício de 2006.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, 28 DE DEZEMBRO DE 2005.

GODOFREDO PINTO

PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 229/2005

AUTOR: MENSAGEM EXECUTIVA Nº 17/2005

10/2115/2005

ANEXO I

CARGO/FUNÇÃO	QUANTIDADE	TOTAL MENSAL
AGENTE DE TRNSITO	115	R\$ 47.087,23
ASSESSOR TÉCNICO	2	R\$ 4.410,00
CHEFE DE DIVISÃO	7	R\$ 14.301,00
CHEFE DE DEPARTAMENTO	2	R\$ 4.284,00
COORDENADOR	7	R\$ 7.731,87
CHEFE DE SETOR	58	R\$ 47.322,24
CHEFE DE SERVIÇO	19	R\$ 26.918,34
SECRETÁRIA	1	R\$ 945,00
DIRETOR	2	R\$ 9.510,64
SUPERINTENDENTE	1	R\$ 5.052,53
	TOTAL	R\$ 167.562,85

ANEXO II

1	PRESIDÊNCIA
1.1	Chefia de Gabinete
1.2	Assessor Técnico
1.3	Assessor Técnico
1.4	Departamento Jurídico
1.4.1	Serviço de Controle dos Atos Administrativos
1.4.2	Serviço de Contratos
1.5	Serviço de Secretaria
2	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
2.1	Divisão de Administração e Recursos Humanos
2.1.1	Serviço de Pessoal
2.1.2	Serviço de Apoio Administrativo
2.2	Divisão de Material e Controle de Bens
2.2.1	Serviço de Compras
2.2.2	Serviço de Almoxarifado
2.2.3	Serviço de Controle de Bens
2.3	Divisão de Informática
2.3.1	Serviço de Programação
2.3.2	Serviço de Processamento de Dados
2.4	Serviço de Secretaria
3	DIRETORIA DE FINANÇAS
3.1	Divisão de Contabilidade
3.1.1	Serviço de Escrituração
3.1.2	Serviço Orçamentário
3.1.3	Serviço de Liquidação de Despesas
3.2	Divisão de Finanças
3.2.1	Serviço de Tesouraria
3.2.2	Serviço de Crédito e Cobrança
3.3	Divisão de Controle Interno
3.4	Serviço de Secretaria
4	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
4.1	Departamento de Engenharia de Tráfego
4.1.1	Divisão de Planejamento
4.1.2	Divisão de Projetos
4.1.2.1	Serviço de Desenho
4.2	Departamento de Educação para o Trânsito
4.2.1	Divisão de Cursos e Treinamentos
4.2.1.1	Serviço de Cursos
4.2.1.2	Serviço de Treinamentos
4.3	Serviço de Comunicação
4.4	Serviço de Secretaria
5	DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA

5.1	Divisão de Sinalização
5.1.1	Serviço de Sinalização Vertical
5.1.2	Serviço de Sinalização Horizontal
5.2	Divisão de Plaqueamento
5.2.1	Serviço de Estamparia
5.2.2	Serviço de Litografia
5.3	Serviço de Secretaria

ANEXO II

ESTRUTURA BÁSICA

1. Presidência

1.1. Gabinete

1.1.1. Assessoria Técnica

1.1.2. Assessoria Técnica

1.2. Coordenadoria de Controle Interno Setorial

1.2.1. Divisão de Transparência e Ouvidoria

1.2.2. Divisão Apoio à Análise de Despesas

1.2.3. Assessoria Contábil

1.3 Coordenadoria Jurídica

1.3.1. Departamento Jurídico

1.3.1.1. Divisão de Atos Processuais

1.3.1.1.1. Serviço do Contencioso Trabalhista

1.3.1.1.2. Serviço do Contencioso Cível

1.3.1.1.3. Serviço de Processos Administrativos

1.3.2. Assessoria Jurídica

1.4. Coordenadoria de Comunicação Social

1.4.1. Divisão de Comunicação, Divulgação e Marketing

1.4.1.1. Serviço de Mídias Sociais e Internet

1.4.1.1.1. Assistência de Comunicação

1.4.1.2. Serviço de Marketing e Divulgação

1.4.1.2.1. Assistência de Comunicação

1.5. Serviço de Secretaria

1.6. Serviço de Secretaria

2. Diretoria de Administração

2.1. Coordenadoria de Normatização e Orientação em Licitação

2.1.1. Departamento de Processos Licitatórios

2.1.2. Divisão de Processos Licitatórios

2.2. Departamento de Administração e Recursos Humanos

2.2.1. Divisão de Gestão de Pessoas

2.2.1.1. Serviço de Gestão de Recursos Humanos

2.2.1.1.1. Assistência Administrativa

2.2.1.2. Serviço de Segurança do Trabalho

2.2.2. Divisão de Documentação

2.2.2.1. Serviço de Protocolo Administrativo

2.2.2.1.1. Assistência Administrativa

2.2.2.2. Serviço de Arquivo Geral

2.2.2.3. Serviço de Execução de Documentos

- 2.2.2.3.1. Assistência Administrativa
- 2.2.3. Divisão de Apoio Administrativo
- 2.2.3.1. Serviço de Monitoramento de Veículos
- 2.2.3.1.1 Assistência Administrativa
- 2.2.3.2. Serviços Gerais
- 2.3. Departamento de Compras
- 2.3.1. Divisão de Aquisição
- 2.3.1.1. Serviço de Almoxarifado
- 2.3.1.1.1. Assistência Administrativa
- 2.3.1.2. Serviço de Gestão Patrimonial
- 2.4. Departamento de Tecnologia da Informação
- 2.4.1. Divisão de Infraestrutura e de Redes
- 2.4.1.1. Serviço de Programação e Web Design
- 2.4.1.2. Serviço de Administração de Banco de Dados
- 2.4.1.3. Serviço de Administrador de Rede
- 2.5. Serviço de Secretaria
- 2.6. Serviço de Secretaria
- 3. Diretoria de Finanças

- 3.1. Coordenadoria de Planejamento Contábil
- 3.1.1. Departamento de Contabilidade
- 3.1.1.1. Divisão Análise e Registro Contábil
- 3.1.1.1.1. Serviço de Liquidação de Despesas
- 3.1.1.1.2. Serviço de Registro Contábil
- 3.1.1.2. Divisão de Pagamentos e Recebimentos
- 3.1.1.2.1. Serviço de Tesouraria
- 3.1.1.2.2. Serviço de Pagamentos e Recebimentos
- 3.1.1.3. Divisão de Planejamento e Orçamento
- 3.1.1.3.1. Serviço Orçamentário
- 3.2. Serviço de Secretaria
- 4. Diretoria de Planejamento de Tráfego e Infraestrutura Viária

- 4.1. Coordenadoria de Engenharia de Tráfego
- 4.1.1. Departamento de Planejamento
- 4.1.1.1 Divisão de Impacto Viário
- 4.1.2. Departamento de Engenharia
- 4.1.2.1. Divisão de Projetos
- 4.1.2.1.1. Serviço de Estatística
- 4.1.2.2. Divisão de Demandas à População
- 4.1.3. Departamento de Sinalização Horizontal
- 4.1.3.1. Divisão de Pintura
- 4.1.4. Departamento de Sinalização Vertical
- 4.1.4.1. Divisão de Implantação e Manutenção
- 4.2. Coordenadoria do Centro de Controle Operacional
- 4.2.1. Assessoria Técnica
- 4.2.2. Departamento de Programação Semafórica
- 4.2.2.1. Divisão de Monitoramento Semafórico
- 4.2.2.1.1. Serviço de Análise de Dados Semafóricos
- 4.2.2.1.2. Serviço de Atendimento ao Público
- 4.2.2.1.3. Serviço de Integração
- 4.2.2.1.4. Serviço de Monitoramento
- 4.2.2.1.4.1. Assistência de Monitoramento
- 4.2.2.1.4.2. Assistência de Monitoramento

- 4.2.2.1.4.3. Assistência de Monitoramento
- 4.2.2.1.4.4. Assistência de Monitoramento
- 4.2.2.1.4.5. Assistência de Monitoramento
- 4.2.2.1.4.6. Assistência de Monitoramento
- 4.2.2.1.4.7. Assistência de Monitoramento
- 4.2.2.1.4.8. Assistência de Monitoramento
- 4.2.2.1.4.9. Assistência de Monitoramento
- 4.2.2.1.4.10. Assistência de Monitoramento
- 4.3. Serviço de Secretaria
- 5. Diretoria de Trânsito
 - 5.1. Coordenadoria Geral de Educação para o Trânsito
 - 5.1.1. Departamento de Ações Estratégicas de Educação para o Trânsito
 - 5.1.1.1 Divisão de Apoio Pedagógico
 - 5.1.1.1.1. Serviço de Cursos
 - 5.1.1.2. Divisão de Planejamento e Articulação De Projetos e Programas
 - 5.1.1.2.1. Serviço de Estudos, Projetos e Indicadores
 - 5.2. Coordenadoria de Operação de Trânsito
 - 5.2.1. Departamento de Orientação e Operação de Trânsito
 - 5.2.1.1. Divisão de Operação de Trânsito e Controle Operacional
 - 5.2.1.1.1. Serviço de Controle de Sinistros de Trânsito
 - 5.2.1.1.2. Serviço de Operações
 - 5.3. Coordenadoria de Infrações e Recursos Administrativos
 - 5.3.1. Assessoria Técnica
 - 5.3.2. Assistência Administrativa
 - 5.3.3. Departamento de Infrações e Recursos Administrativos
 - 5.3.3.1. Divisão de Recursos Administrativo
 - 5.3.3.1.1 Assistência Administrativa
 - 5.3.3.1.2. Assistência Administrativa
 - 5.3.3.2. Divisão de Apoio JARI/CADA
 - 5.3.3.2.1. Assistência Administrativa
 - 5.3.4. Departamento de Multas Aplicadas
 - 5.3.4.1. Divisão de Análise de Conformidade
 - 5.3.4.1.1. Assistência Administrativa
 - 5.3.4.1.2. Assistência Administrativa
 - 5.3.4.1.3. Assistência Administrativa
 - 5.3.4.1.4. Assistência Administrativa
 - 5.3.4.2. Divisão de Multas Aplicadas
 - 5.3.4.2.1. Assistência Administrativa
 - 5.3.4.2.2. Assistência Administrativa
 - 5.3.4.2.3. Assistência Administrativa
 - 5.3.4.2.4. Assistência Administrativa
 - 5.3.4.2.5. Assistência Administrativa
 - 5.4. Serviço de Secretaria (Redação dada pela Lei nº 3852/2023)

ANEXO III

CARGO/FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL
Chefe de Gabinete	R\$ 4.755,32
Diretor de Diretoria	R\$ 4.755,32
Assessor Técnico	R\$ 2.205,00
Chefe de Departamento	R\$ 2.500,00
Chefe de Divisão	R\$ 1.800,00
Chefe de Serviço	R\$ 900,00

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 16/12/2023